



9º Encontro Internacional de Política Social
16º Encontro Nacional de Política Social
Tema: A Política Social na Crise Sanitária revelando Outras Crises
Vitória (ES, Brasil), 13 a 15 de junho de 2023

Eixo: Serviço social: fundamentos, formação e trabalho profissional

O debate das políticas sociais no contexto neoliberal da Colômbia

Roberth Salamanca Avila¹

Resumo: O trabalho retoma os aspectos estudados por diferentes pesquisadores em relação as políticas sociais contemporâneas no atual contexto de globalização do capital e do neoliberalismo, onde grande parte das conquistas históricas dos trabalhadores tem sido perdidas, expressando-se de forma diversa, temporal e espacialmente, mas sob a mesma lógica de acumulação e concentração de riqueza. Discute-se as políticas sociais na Colômbia dos anos 1990 a 2010, tema central de pesquisa, na qual se pretende analisar o debate das políticas sociais no Serviço Social a partir da década de 1990, quando o projeto neoliberal se consolidou sob o chamado Estado Social de Direito no país, o que foi facilitado pela participação de organismos internacionais, que serão centrais no processo de reorganização das políticas sociais na América Latina.

Palavras-chave: Política Social. Serviço Social. América Latina. Colômbia. Neoliberalismo.

The debate on social policies in the neoliberal context of Colombia

Abstract: The paper takes up the aspects studied by different researchers in relation to contemporary social policies in the current context of globalization of capital and neoliberalism, where a large part of the historical achievements of workers has been lost, expressing themselves in different ways, temporally and spatially, but under the same logic of accumulation and concentration of wealth. Social policies in Colombia from the 1990s to 2010 are discussed, a central theme of the research, in which the intention is to analyze the debate on social policies in Social Work from the 1990s onwards. When the neoliberal project was consolidated under the so-called Social State of Law in the country, which was facilitated by the participation of international organizations, which will be central in the process of reorganizing social policies in Latin America.

Keywords: Social Policy. Social work. Latin America. Colombia. Neoliberalism.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho é resultado da investigação da tese de doutorado que tem como objeto de estudo a produção bibliográfica de assistentes sociais colombianos sobre políticas sociais no contexto neoliberal. Por isso, retomam-se aspectos estudados por diferentes pesquisadores que afetam as políticas sociais contemporâneas e reconhece-se que, no atual contexto de globalização do capital e do neoliberalismo como projeto que

¹ Doutorando em Serviço Social da Universidade Federal de Rio de Janeiro (UFRJ) e professor da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Externado da Colômbia. E-mail: salamancats@gmail.com.

busca enfrentar a crise capitalista, grande parte das conquistas históricas dos trabalhadores tem sido perdidas, expressando-se de forma diversa, temporal e espacialmente, mas sob a mesma lógica de acumulação e concentração de riqueza.

Na perspectiva da análise marxista, pretende-se fazer apropriação da produção de conhecimento em relação às políticas sociais, analisando reflexões, tendências e questionamentos dos autores. O conhecimento gerado neste estudo contribuirá para a análise crítica da participação profissional na concepção, execução e avaliação das políticas sociais latino-americanas. Enquanto isso, cabe ao profissional crítico assumir um compromisso ético e uma opção política, o que implica ir além das demandas cotidianas e imediatas (COELHO, 2013), embora sem deixar de responder na prática profissional às demandas sociais, como aquelas envolvidas em a implementação de políticas sociais.

A incorporação do neoliberalismo no país promoveu grandes transformações nos níveis econômico, social, político e cultural, intensificando as desigualdades sociais, os conflitos e o surgimento de diferentes manifestações da questão social, que geraram tensões entre o Estado e a sociedade, tanto que essas mudanças estruturais afetaram a dinâmica social. Assim, o Serviço Social, em meio às tensões entre as contradições do capital e as lutas sociais, tem gerado e participado de respostas institucionais do Estado e do setor privado, nas quais a atuação profissional se situa na intervenção direta com a população. Os serviços são direcionados como produto de programas, projetos e políticas sociais. Isso se configura no cenário de mediação de conflitos e possível recomposição do tecido social, por meio de políticas públicas que respondam a questões complexas como pobreza, violência e desigualdade social, entre outros aspectos, causadas por fatores como: a acumulação desigual de riqueza, o aumento dos impostos e o aumento da qualidade de vida.

A discussão sobre as políticas sociais na Colômbia dos anos 1990 aos 2010 é o tema central desta pesquisa, que visa analisar o debate sobre as políticas sociais no Serviço Social, a partir dos anos 1990, quando o projeto neoliberal se consolida sob o chamado Estado Social de Direito no país, com o objetivo de que o sistema econômico e político gire em torno do livre comércio e da privatização das responsabilidades do Estado, o que foi facilitado pela participação dos organismos internacionais, que serão

centrais no processo de reorganização social políticas na América Latina. Portanto, este estudo retoma os fundamentos das reformas nas políticas sociais desde o governo de Cesar Gaviria (1990-1994), período em que foi aprovada a Constituição de 1991, que, buscando uma ampliação de direitos, reconhece o país como multiétnico e multicultural, mas ao mesmo tempo fortalece as bases para a chamada abertura econômica, que implica a adoção definitiva de medidas neoliberais.

TRANSFORMAÇÕES DAS POLÍTICAS SOCIAIS NA AMÉRICA LATINA

No atual contexto de crise estrutural, o alcance das políticas sociais é limitado e as garantias dos direitos sociais, econômicos e políticos são desmanteladas, fato que ataca a proposta liberal-democrática que promovia o "Estado protecionista ou assistencialista", que assumia formas muito variadas em diferentes lugares e épocas.

Portanto, a partir do surgimento do neoliberalismo, ocorre a privatização do público, que cresce cada vez mais nos contextos nacionais, o que possibilita um cenário em que o Estado retoma uma concepção conservadora e assistencialista, que pretende transferir para a sociedade como um todo e setores privados. Nesse sentido, as políticas governamentais e/ou políticas públicas assumem diferentes abordagens, com uma lógica de curto prazo e mantendo o modelo assistencialista do modelo neoliberal, que estimula o Estado a reduzir suas responsabilidades para com a sociedade que representa e limita sua capacidade de formular e executar a política social, dadas as novas formas que assume, que se torna precária ao alocar menos recursos para sua implementação. O Estado, então, limita sua função ao financiamento e fiscalização, com organizações não governamentais e empresas privadas assumindo a execução de políticas e programas sociais, como parte da mercantilização do social e da terceirização do trabalho.

Há uma progressiva mercantilização do atendimento das necessidades sociais, devido à privatização das políticas sociais. Nesse contexto, os serviços sociais deixam de expressar direitos, tornando-se atividades de outra natureza, inseridas no circuito de compra e venda de mercadorias. Estes substituem os direitos de cidadania, que, em sua necessária dimensão de universalidade, exigem a interferência do Estado. O que entra em vigor são os direitos relativos à condição de consumidor (Mota, 1995). Quem julga a relevância e a qualidade dos serviços prestados são aqueles que, por meio do consumo, renovam sua necessidade social. O dinheiro aparece em cena como meio de circulação, intermediando a compra e venda de serviços, em cujo âmbito o assistente social está inserido. O grande capital, ao investir em serviços sociais,

começa a demonstrar uma “preocupação humanitária”, apoiando a ampliação dos níveis de rentabilidade das empresas, moralizando sua imagem social. É um reforço da necessidade de transformar propósitos de classes e grupos sociais específicos em propósitos de toda a sociedade: uma velha artimanha, historicamente assumida pelo Estado e que hoje tem a mídia como importante aliada nesse esforço (IAMAMOTO, 2012, p.206).

No entanto, os Estados Unidos, sendo um defensor do neoliberalismo ao fornecer suporte econômico à América Latina, estabeleceram a ideia de focar as políticas em uma lógica de consumo capitalista em detrimento dos direitos, como indica Pereira, o neoliberalismo “radicalizaria sua rejeição ao proteção social pública e se projetaria mundialmente como uma ortodoxia sem alternativas, empunhando os seguintes slogans: livre mercado; privatização de bens públicos; Flexibilidade trabalhista; negação de direitos sociais; substituição de políticas universais por políticas direcionadas” (2012, p. 737). O fato de colocar a focalização como uma questão global de políticas públicas e/ou sociais foi uma forma de invisibilizar as consequências da acumulação de capital pelos entes do poder e deslegitimar a voz da sociedade civil, movimentos sociais e políticos do estado mínimo.

Portanto, ao estabelecer o direcionamento das políticas e a definição da pobreza pelos organismos internacionais e/ou cooperação internacional, evidenciou-se que quem visa e define os problemas sociais não é a sociedade civil, mas as organizações especializadas "globais ou governamentais" que a definem e são os únicos que apoiam a legitimação de governos não comunistas e/ou socialistas. Portanto, quem questiona ou é contra as organizações multilaterais é contra a chamada "democracia" e ela sofrerá mais dívida externa e invasão militar (ZIBECHI, 2010, p. 25-27).

O neoliberalismo já está promovendo outra linha, destinada a conectar a demanda por crédito com os negócios dos bancos: a chamada “formação do patrimônio” popular, base das garantias que o sistema bancário exige. A lógica desta política profundamente individualista tem dois componentes principais: reconhecer como formas de “capital” ou consolidar vários recursos e capacidades dos pobres (capital social, capital educacional, capital imobiliário, poupança, etc.) e dar um passo necessário para conectar esses ativos com o mercado financeiro: principalmente a regularização de títulos de propriedade imobiliária, com cuja garantia seria possível (agora sem subsídios) o acesso ao crédito em um sistema que integrasse o negócio bancário com o trabalho descentralizado de ONGs, municípios e organizações especificamente dedicado ao microcrédito. (CARAGGIO, 2008, pp. 84-85).

Entre as décadas de 1980 e 1990, a América Latina experimentou o desenvolvimento gradual de políticas sociais nesse sentido. Nessa década, foram criados os primeiros programas direcionados em um contexto de baixo crescimento econômico, para aliviar a pobreza no ciclo liberal, conhecidos como Fundos de Investimento Social (FIS), apoiados pelo Banco Mundial ou BID. Os FIS, que diminuía a responsabilidade social do Estado, eram temporários, compensatórios e de baixa qualidade (BARBA, 2018).

Para este momento, as políticas sociais, longe de serem estabelecidas pelo Estado, são executadas em torno da ideia de privatização de medidas para atender às manifestações da questão social a partir da redistribuição de renda por meio de bonificações ou subsídios, tentando "dar um empurrar" aos pobres para que sejam inseridos no processo de acumulação e consumo do sistema. As questões sociais ganharam tanto destaque nesse período que a mobilização social se fez presente como forma de reivindicação de direitos.

Por isso, o processo de construção de políticas públicas continua limitado e supostamente voltado para a população que "mais precisa", para reproduzir a riqueza capitalista.

Além disso, há países cujos governos, marcados pela ambiguidade política e pelo oportunismo, seguem estratégias e políticas contraditórias. Nesses países, apesar de haver ativismo nas políticas públicas, há também um reforço da concentração de capital ao mesmo tempo em que são adotadas políticas paliativas voltadas para a desigualdade e a pobreza (GONÇALVES, 2019, p. 105).

Apesar da convivência de diferentes modelos de desenvolvimento econômico na América Latina, com perspectivas contrárias ao fortalecimento e ao desenvolvimento humano, não é notável que um ou outro país cresça mais rapidamente e saia da pobreza econômica, social, política e educacional. Nesse sentido, as políticas sociais da região, cada vez mais influenciadas pelas transferências condicionais de renda, afastam-se da transformação da sociedade e, ao contrário, as políticas sociais são subordinadas e são peça central do projeto de "libertação econômica".

Na América Latina, as políticas sociais têm como eixos estruturantes a monetarização (transferências de dinheiro) e a financeirização (crédito segmentado). Embora esses eixos reduzam as síndromes da desigualdade e da pobreza, eles não reduzem efetivamente a desigualdade e a pobreza de forma estrutural e permanente. Trata-se de "paliativismo" no âmbito das políticas sociais, que ataca, principalmente, os sintomas e não as causas fundamentais (GONÇALVES, 2019, p. 130).

A política social nesse contexto se caracterizou pela criação de incentivos para a redução da pobreza além da real transformação estrutural em oposição ao neoliberalismo. Tratava-se de políticas fragmentadas e limitadas para estabelecer uma espécie de "dependência" das instituições ou organizações que geram processos de intervenção nesses países.

CONSTITUIÇÃO DE 1991 E PROJETO NEOLIBERAL.

A Constituição Política da Colômbia de 1991 redefine o quadro das relações entre o Estado e a sociedade, propondo um redirecionamento das formas de governo no país. No entanto, apesar do grande avanço em termos de direitos individuais e coletivos, reconhecimento social e participação política, esta carta apresenta uma contradição irremediável. Por um lado, posiciona a Colômbia como um Estado Social de Direito e, por outro, acolhe o contexto de ajuste estrutural promovido por agências econômicas internacionais como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, que tendem a intensificar a dependência imperialista e dominação por meio do fortalecimento dos processos de privatização, desregulamentação das atividades econômicas e prestação de serviços públicos e políticas sociais.

O estado social e democrático de direito, consagrado na Constituição de 1991, é o resultado da combinação de três tradições que representam diferentes componentes ideológicos. Por um lado, é um Estado liberal que reúne as ideias do Estado de Direito clássico do século XIX, onde o importante é o controle do Estado para limitar suas funções sociais. Por outro lado, é um Estado democrático que assenta na soberania popular e, por fim, é um Estado social que assenta na ideia de que o poder político tem a obrigação de promover uma justiça material mínima e uma certa igualdade social alcançada graças ao Estado ação.

Concluindo, a Constituição de 1991 explicita os avanços em termos de direitos, não só os chamados (civis e políticos), mas também (econômicos, sociais e culturais), consagrando inclusive os direitos coletivos e ambientais, que se apresenta como uma novidade em relação às constituições de outros países da América Latina. Esta carta estabelece um quadro institucional que permite avançar no conceito de cidadania entendida como a condição que reconhece uma pessoa sujeita a direitos que lhe permitem intervir na política de um país e define um conjunto de obrigações do Estado.

No entanto, essa ampla gama de direitos tornou-se um ato formal que na prática, aplicação e cumprimento tornaram-se “letras mortas”, dadas as medidas tomadas no âmbito do modelo econômico neoliberal, cujas peças estratégicas são a inviabilidade de criação de estruturas estatais e políticas, o fortalecimento da economia de mercado e o desenvolvimento da abertura econômica aos mercados externos, dando origem a uma nova etapa ou fase da globalização capitalista. Esses elementos, baseados no apelo ao reajuste do aparato administrativo e à descentralização de responsabilidades com os governos regionais e locais, levam à acumulação desenfreada, à criação de políticas que favoreçam o grande capital e os interesses privados, em detrimento das políticas sociais planejadas em a Constituição.

Conforme mencionado no início desta seção, na Constituição de 1991, duas tendências se refletem; a primeira visava a defesa de direitos individuais e coletivos que haviam sido fortemente desrespeitados no século XX. E a segunda tendência, que está focada em dar lugar à estratégia de ajuste neoliberal onde é permitido o desenvolvimento da abertura econômica, a liberdade para a transnacionalização do capital financeiro, privatizações e concessões, além de direitos como o de educação e saúde são transformados em serviços enquadrados na lógica do mercado, portanto, regulados pela lei da oferta e da procura. Diante do exposto, é preciso destacar que o conjunto de reformas neoliberais foi imposto para atender aos interesses do grande capital e justificado pelos setores de poder como uma nova etapa de desenvolvimento, crescimento e inovação.

Tudo isso mostra que a Constituição de 1991 é desenvolvida no âmbito da economia de mercado social, um modelo de ordem econômica mista em que o Estado Social de Direito sob o modelo neoliberal dá ao mercado um quadro de ação suficiente,

mas onde o Estado também se compromete a intervir sempre que os direitos de sua população ou os princípios da livre concorrência forem ameaçados. Dessa forma, a figura do Estado Social do Direito e do modelo neoliberal buscam o funcionamento do livre mercado, garantindo uma política social distributiva sob seis princípios fundamentais.

CONTEXTUALIZAÇÃO DA POLÍTICA SOCIAL NA COLÔMBIA.

No contexto neoliberal, a política social torna-se cada vez mais subsidiária e focalizada, assumindo características específicas como: naturalização de toda responsabilidade no beneficiário do subsídio, atendimento diferenciado à população como um todo que demanda serviços, ignorando as demandas da sociedade e utilizando como uma estratégia a priorização dos mais pobres dos pobres. Isso leva a uma política social cada vez mais preocupada com o número de beneficiários ou com os serviços prestados, ficando cada vez mais limitada na resposta às demandas e direitos sociais.

Portanto, embora as políticas sociais busquem continuar contribuindo para o controle social e ao mesmo tempo materializar direitos, elas se desenvolvem hoje no atual contexto de mercantilização do social e do público, em que o Estado prioriza ações repressivas de segurança sobre a crescente barbárie da sociedade capitalista no cenário real, causando o desconhecimento dos direitos sociais conquistados pela classe trabalhadora.

Mas, como o conjunto de transformações neoliberais se refletiu na Colômbia? Em termos de política de segurança e social, e com o objetivo de criar um Estado mais eficiente e eficaz, as medidas tomadas após a implantação do neoliberalismo no país foram direcionadas em duas direções principais: o combate à busca da universalidade e o subsídio à oferta de programas e ações sociais ao invés do subsídio à demanda. Isso teve efeitos negativos claros na proteção e na seguridade social onde os direitos econômicos, sociais e culturais, proclamados na Constituição de 1991, foram afetados.

De acordo com o artigo 334 desta Carta Constitucional, toda a ordem econômica e social do Estado deve visar a melhoria da qualidade de vida dos habitantes, a distribuição equitativa das oportunidades e benefícios do desenvolvimento, a preservação da saúde, e principalmente para proporcionar o pleno emprego e garantir o acesso efetivo a bens e serviços básicos para pessoas de baixa renda.

De acordo com esse princípio constitucional, as políticas sociais “no marco do Estado moderno, democrático e liberal são entendidas como as mediadoras da relação Estado-sociedade; ou seja, as políticas sociais e públicas são a concretização dessa relação” (PERILLA, in VARGAS LAVERDE, 2010, p. 123). Particularmente desde a década de 1990, surgiram novas estratégias e abordagens de políticas sociais que estão diretamente relacionadas à participação da população no processo de desenvolvimento social, entendendo que todos os habitantes do território colombiano têm o dever de ser socialmente responsáveis e contribuir para a inclusão social.

Este último elemento obriga-nos a entender as políticas sociais como um processo conjunto em que participam diferentes atores e setores, todos sob o pressuposto do Estado Social de Direito e da Economia Social de Mercado. Neste sentido,

Os governos nada mais são do que conjuntos de organizações que combinam recursos em programas públicos, serviços e produtos, para enfrentar os problemas dos cidadãos, controlar seus comportamentos, atender às suas demandas e, em última instância, alcançar impactos (Rase, 1984); e políticas públicas são o conjunto de objetivos, decisões e ações realizadas por um governo para resolver os problemas que em um determinado momento são considerados prioridades (VARGAS LAVERDE, 2010, p. 124).

O papel interveniente do Estado pode resumir-se em três modelos principais:

a) Residual: o Estado abstém-se de qualquer intervenção de carácter social, deixando às comunidades naturais a gestão das ações de prevenção, proteção e resolução das necessidades da população; b) Realização pessoal-resultados do trabalho: a decisão individual, o mercado e o setor privado dão o tom da Política Social, limitando a intervenção pública apenas à população mais vulnerável; c) Institucional-redistributiva: a administração pública desempenha funções redistributivas da riqueza e universaliza os serviços sociais.

A Constituição de 1991 se encontra em uma encruzilhada internacional, na qual, por um lado, deve respeitar os Direitos Humanos declarados pelas Nações Unidas e, por outro, deve atender às demandas dos organismos internacionais, que impõem medidas de privatização econômica e reformas tributária, previdenciária e trabalhista para garantir o pagamento da dívida externa da Colômbia. Essa Carta Constitucional "concedeu uma série de direitos explícitos, sem realmente questionar sobre a restrição orçamentária enfrentada pelo Estado para garantir os direitos e prerrogativas criadas"

(CASTILLO CADENA, 2011, p. 59) nas áreas de saúde, previdência, educação, emprego, entre outros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história do Serviço Social na Colômbia, segundo autores como Edgar Malagón (2011), pode então ser dividida em três grandes períodos: pré-reconceitualização, reconceitualização e pós-reconceitualização com base na lógica de ordenar os acontecimentos estabelecendo um antes e um depois ... depois para um evento crucial como a reconceitualização. Este último consistiu em um esforço acadêmico guiado por ideias marxistas que tentavam apostar em um Serviço Social que não mais obedecesse à lógica do capital, mas buscasse a emancipação dos povos.

Nesse contexto, o Serviço Social na Colômbia passa por diferentes processos de institucionalização, entre eles em 1965, com a criação do CONETS (Conselho Nacional de Escolas de Serviço Social). Período vinculado ao processo de reconceitualização na América Latina e no qual, por sua vez, a assinatura de pactos internacionais que mobilizam o social, tanto na América Latina quanto na Colômbia, por meio de programas de investimento justificados na Declaração de Direitos Socioeconômicos e Culturais e nos direitos das crianças, entre outros.

O período que ocorre no marco dos anos 70, com a crise do capital e a posterior entrada do neoliberalismo no país, convergiu com importantes processos na profissão. Nesse período, foi editada a Lei 53 de 1977, que regulamenta desde então o exercício da profissão no país, em 1981, o decreto 2833 que regulamenta esta lei. Trabalho, o Conselho Nacional de Educação em Serviço Social e a Federação Colombiana de Assistentes Sociais.

No final da década de 1970, criou-se um clima político e econômico ideal para dar prioridade ao financiamento do capital, onde o capital centralizou seu poder, gerou relações subordinadas e profundamente desiguais entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos, e fez uma profunda transferência de recursos e renda econômica dos mais pobres para os mais ricos. Com a crise econômica desta mesma década, aprofundou-se o empobrecimento da população, o déficit público, a dívida externa e o desemprego; tudo isso no momento da gestação da transformação tecnológica e produtiva que levaria

à abertura econômica, à transnacionalidade e à concentração de empresas.

Neste ponto da história, as ideias marxistas no continente americano ganharam terreno importante em termos de movimentos sociais, trabalhistas, estudantis, entre outros, o que provoca algumas das ações mais repressivas dos últimos tempos na América Latina. O uso excessivo da violência estatal atuou como uma resposta conservadora e reacionária à luta popular da classe trabalhadora que tentava construir uma sociedade além da capitalista. As ditaduras militares na América Latina permitirão a instalação de governos a serviço das necessidades do capitalismo sob a orientação dos Estados Unidos e reprimirão qualquer ideal político oriundo do marxismo. Embora para o caso colombiano não houvesse tal figura ditatorial, a Frente Nacional estabeleceu a fórmula de uma democracia restrita onde havia uma continuidade absoluta dos liberais e conservadores, que monopolizavam o poder, favoreciam a classe mais rica do país e iam na contramão direções para as necessidades das pessoas.

Para os anos 1980, a nova estratégia de política externa dos Estados Unidos para a erradicação das ideias comunistas no continente será a promoção da democracia e abertura constitucional por meio do apoio das elites capitalistas, conquistando a legitimidade dos movimentos sociais e favorecendo os interesses econômicos dos mais poderosos. Dessa forma, a reestruturação da ordem social, política e econômica ocorre por meio da implementação da estratégia neoliberal orientada a partir do Consenso de Washington em 1989 e imposta por agências internacionais, que alterou as garantias do trabalho e favoreceu a perda dos direitos conquistados durante o século anterior.

Tudo isso cria um clima intelectual de desconfiança no socialismo como projeto político para uma nova sociedade, que ao mesmo tempo dá origem a diferentes perspectivas teóricas nas diferentes disciplinas sociais. A passagem para a pós-modernidade, o fim da Guerra Fria, a queda do Muro de Berlim e o fim do Socialismo Real geram uma crise nos paradigmas das Ciências Sociais, onde nem o positivismo, nem o estruturalismo, nem o marxismo valem então o fim da história é declarada. O capitalismo é uma sociedade triunfante e a partir daí é preciso reordenar as formas de compreensão da realidade social e redirecionar os processos de intervenção profissional. Essas novas perspectivas teóricas combinam leituras estruturais com o estudo da aplicação de ferramentas técnicas de intervenção em micro realidades. Surgem então os

chamados novos paradigmas que incluem as teorias da complexidade, a abordagem sistêmica, holística, hermenêutica, entre outras.

Agora, o período após a década de 1990:

Coloca o Serviço Social diante de um contexto sociopolítico caracterizado pelo surgimento de políticas econômicas neoliberais que fragilizam as políticas sociais e o papel que o Estado deve desempenhar na esfera social. Impõe-se uma nova lógica de formulação e participação em programas e projetos sociais, baseada na eficiência e competitividade do mercado. Essas circunstâncias forçam a redefinição da ação sobre o social nas esferas oficial e não oficial. (ALAYÓN, 2005. pp. 111-112).

Continuar a entender a profissão como uma prática revolucionária levaria ao seu próprio desaparecimento. Então começa um processo que tem três tendências principais. A primeira é o retorno à formação profissional anterior à década de 1960, que operava dentro dos modelos funcionalizantes, mas agora atualizados com os avanços e demandas do capitalismo contemporâneo. O anterior vai gerar mudanças muito fortes dentro dos planos de estudo na década de 90 na Colômbia em geral. As poucas universidades que adotaram o método integrado de compreensão da realidade retornaram ao método tradicional de vidro, grupo e comunidade.

A atuação profissional nas instituições de política social está vinculada ao entendimento da lógica econômica e política neoliberal, que exige que as escolas de Serviço Social formem profissionais capazes de serem executores de programas sociais, que podem ser colocados na estrutura estatal para gerir políticas de setores da sociedade. Isso faz com que os assistentes sociais retornem à sua dimensão meramente operacional e se isolem dos referenciais teóricos e metodológicos que lhes permitem compreender a realidade social.

A segunda, que procura explicar as diferenças entre o campo profissional e o campo disciplinar, e iniciar a formação de assistentes sociais de pesquisa. Com o fim da reconceitualização, o Serviço Social precisa redefinir seu objeto de estudo que permita um distanciamento da natureza prática da profissão e a aproxime da produção acadêmica e teórica. Dada a tradição da profissão, tende-se a acreditar que a pesquisa em Serviço Social se reduz simplesmente à pesquisa diagnóstica e avaliativa, ignorando a importância de teorizar a questão social e os problemas sociais decorrentes das contradições do capital.

Atualmente, frente à construção do conhecimento, a corrente positivista das Ciências Sociais é reconhecida como hegemônica na qual:

Profissionais pautados na "especificidade" pretendem ganhar espaço na fragmentação do social, propondo-se a constituir a profissão como disciplina, com saberes próprios a partir de seu exercício prático. Uma disciplina em que a "especificidade" do seu objeto de conhecimento é determinada pelo seu próprio objeto de intervenção, ou seja, onde é investigado a partir de uma finalidade prática, assumindo um caráter eminentemente instrumental (QUINTERO & SALAMANCA, 2019, p. 255).

E a terceira tendência refere-se ao compromisso ético-político que a profissão deve ter. "Esta visão postula que se pode ser revolucionário, não porque é assistente social, mas pela força de um compromisso pessoal com a utopia da humanidade como espécie solidária" (MALAGÓN, 2011. pp. 302-303). Essa perspectiva considera a contradição como uma ferramenta pedagógica e política necessária para que o sujeito crítico encontre formas de existir e subsistir no capitalismo.

Em resumo, o Serviço Social na Colômbia ainda está vinculado atualmente à reivindicação de ter um corpo teórico próprio e especificidade metodológica baseada em métodos tradicionais, que, embora questionados, ainda são válidos na prática profissional. "Embora as perspectivas positivista, funcionalista e estruturalista tenham sido as mais influentes e debatidas na formação profissional, elas devem ser localizadas no contexto histórico e analisadas a partir de sua influência atual na formação e ação profissional, pois ainda são relevantes na Colômbia de hoje" (QUINTERO & SALAMANCA, 2019, p. 256).

Embora essa tendência se oponha às Ciências Sociais para reconhecer a heterogeneidade e os padrões cambiantes da realidade social, levando em conta as especificidades e eliminando os postulados universalistas e quantitativos que historicamente lhes foram vinculados; fragmenta, segmenta, prevê e gerencia o conhecimento sobre o social. Assim como o positivismo, esses novos paradigmas geraram profundos impactos conservadores na construção teórica e na formação profissional, pois limitam e dificultam a análise crítica das estruturas opressoras do capital, permanecendo apenas como tendências, métodos e tensões não resolvidas, que acabam por individualizar problemas. o sujeito como responsável por sua própria realidade.

No entanto, nessa algazarra teórico-metodológica deve-se reconhecer também que nos últimos anos ganhou força a perspectiva histórico-crítica, que se tornou a principal defensora da corrente marxista no Serviço Social latino-americano. Esta perspectiva tem sido promovida pelo grupo de Serviço Social Crítico da Colômbia, que tem como antecedentes a participação de estudantes, professores e profissionais em diferentes atividades acadêmicas como os Encontros Nacionais de Estudantes de Serviço Social - ENETS.

Um passo fundamental para a promoção da perspectiva crítica marxista foi dado em 2004, ano em que foi criado o grupo de Serviço Social Crítico, organizador do I Encontro (2005) e de 3 Congressos Latino-Americanos de Serviço Social Crítico (2008, 2010) e 2013), concebido a partir de uma perspectiva que visa contribuir para a transformação social e a ativação de um processo que, na medida do possível, buscava constituir um movimento (QUINTERO & SALAMANCA, 2019, p. 258).

Nos últimos anos, esse processo se consolidou com seminários, atividades e eventos que buscam gerar reflexões sobre a formação, a busca profissional e a definição dos princípios políticos e éticos do Serviço Social. No entanto, é importante esclarecer que o impacto da perspectiva histórico-crítica na Colômbia ainda é incipiente, considerando que é uma tendência pouco divulgada na formação e com pouca aceitação pelos setores conservadores hegemônicos do país.

Em conclusão, todas as circunstâncias acima mencionadas obrigaram a redefinir a atuação no social nas esferas pública e privada. A implementação de políticas neoliberais no país impõe uma nova lógica de formulação e participação em programas e projetos sociais que estão imersos nos imperativos de eficiência e competitividade para maximizar o desempenho dos recursos humanos, financeiros e técnicos aplicados às ações do Estado.

A Constituição Política de 1991 disfarça a revalorização da democracia em seus estatutos formais, instituições e instrumentos em que surge a categoria de sociedade civil como espaço de organizações cidadãs. Os diversos interesses também estão representados na moderna divisão dos poderes executivo, legislativo e judiciário como garantia da aplicação dos princípios e finalidades do Estado Social de Direito.

Os princípios neoliberais que favorecem a apropriação privada dos bens e recursos públicos, os lucros privados do dinheiro do Estado, o clientelismo político, imprimem uma enorme ineficiência ao aparelho estatal. “Isso permeia as áreas de atuação profissional e imprime não apenas limitações, mas também desafios éticos, relacionados à responsabilidade social na construção de processos de gestão social transparentes, democráticos, participativos e inclusivos” (CONETS, 2008, p. 24). A discussão dos problemas sociais colombianos pressupõe que o Serviço Social discuta os interesses sociopolíticos, culturais e econômicos que estão na base das propostas de transformação e intervenção que se formulam.

REFERÊNCIAS

- ALAYÓN, N. (Org.). (2005). **Trabajo Social latinoamericano. A 40 años de la Reconceptualización**. Editorial Espacio.
- BARBA, C. (2018). **Liberalismo y universalismo en tensión: 25 años de reformas sociales en los regímenes de bienestar en América Latina**. En C. Midoglia, G. Ordóñez, & E. Valencia, Política Social en América Latina en los inicios del siglo XXI. Tijuana: CLACSO, 75-108.
- BARBA, C., & Silva, Y. (2018). **El ADN de los informes internacionales sobre desigualdad realizadas por la OCDE, la CEPAL y OXFAM durante la segunda década del siglo XXI**. En C. Midoglia, G. Ordóñez, & E. Valencia, Política Social en América Latina en los inicios del siglo XXI. Tijuana: CLACSO, 271-295.
- CARAGGIO, J. L. (2008). **Crítica de la política social neoliberal: Las nuevas tendencias**. En J. Donde, Es posible pensar una nueva política social para América Latina. Quito: FLACSO, 81-93.
- CASTILLO C., F. (2011). **La economía constitucional: una disciplina en desarrollo**. Ed. Temis.
- COELHO, M. (2013). **Imediaticidade, na prática profissional do assistente social**. Editora Lumen Juris, Rio de Janeiro.
- CONETS. (2008). **Marco de fundamentación conceptual en Trabajo Social**.
- GONÇALVES, R. (2019). **Liberalismo económico, desigualdad y pobreza en América Latina en el siglo XXI: ¿Los modelos de desarrollo económico hacen alguna diferencia?** En P. Vidal, Neoliberalismo, neodesarrollismo y socialismo bolivariano: Modelos de desarrollo y políticas públicas en América latina. Chile: CLACSO, 104 -132.

- IAMAMOTO, M. (2012). **Serviço Social em tempo de capital fetiche. Capital financeiro, trabalho e questão social.** 7 ed. São Paulo: Cortez Editora.
- MALAGÓN B., E. (2011). **Fundamentos del Trabajo Social. Universidad Nacional de Colombia.**
- PEREIRA, P. A. (2012). **Utopias desenvolvimentistas e política social no Brasil.** Serviço Social & Sociedade, 729-753.
- VARGAS L. J. (2010). **Las políticas sociales en el marco de la Constitución Política de 1991.** Revista Opera. 10, 117-129.
- ZIBECHI, R. (2010). **Política y miseria Una propuesta de debate sobre la relación entre el modelo extractivo, los planes sociales y los gobiernos progresistas.** Lavaca.